

**HABEAS CORPUS Nº 488.614 - SP (2019/0005310-0)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : CLEBER LUIZ PEREIRA**  
**ADVOGADO : CLÉBER LUIZ PEREIRA - SP265633**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : PAULO ROBERTO BARBOSA (PRESO)**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. RECEPÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de PAULO ROBERTO BARBOSA, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n.º 2243003-60.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado por infração ao art. 180, *caput*, do Código Penal, às penas de 1 (um) ano, 6 (seis) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão, no regime inicial semiaberto, e 15 (quinze) dias-multa. Entretanto, o Tribunal *a quo*, no dia 30/11/2017, deu parcial provimento ao reclamo defensivo para reduzir as reprimendas para 1 (um) ano, 4 (quatro) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 12 (doze) dias-multa.

Certificado o trânsito em julgado para o Parquet e interposto recurso especial pela Defesa, foi expedido de mandado de prisão contra o Paciente, para o inicial cumprimento da condenação em comento.

Inconformada, a Defesa impetrou o presente *writ* na instância *a quo*, buscando o direito de o Réu permanecer em liberdade para recorrer. A Corte paulista, no dia 12/12/2018, não conheceu do *habeas corpus*, em razão de ser a autoridade coatora, remetendo os autos para o Superior Tribunal de Justiça.

No presente *writ*, busca o Impetrante, em liminar e no mérito, a expedição de contramandado de prisão, porquanto "*não se justifica a manutenção da prisão do ora Paciente, vez que, possui trabalho lícito, residência fixa, além, de idade avançada*" (fl. 4).

O pedido liminar foi indeferido pela Presidência desta Corte Superior, nos termos da decisão de fls. 66-67.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 70-95, com a juntada de peças processuais pertinentes à instrução do feito.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 98-103, opinando pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

Decido.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE n.º 964.246 RG/SP, julgado sob o regime de repercussão geral, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria no sentido de que *"a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal"* (ARE 964.246 RG, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, DJe de 25/11/2016).

Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme se extrai dos seguintes julgados:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE APÓS O ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. ALEGAÇÃO DE DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.**

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 126.292/SP, por maioria de votos, firmou o entendimento de que é possível a execução provisória de acórdão penal condenatório, ainda que sujeito a recursos de natureza extraordinária, não havendo que se falar em ofensa ao princípio da presunção de inocência, compreensão que foi recentemente confirmada pelo aludido colegiado ao apreciar as ADCs 43 e 44.

2. Em atenção ao que decidido pelo Pretório Excelso, este Sodalício passou a admitir a execução provisória da pena, ***ainda que determinada em recurso exclusivo da defesa***, afastando as alegações de reformatio in pejus e de necessidade de comprovação da presença dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, uma vez que a prisão decorrente da decisão que confirma a condenação encontra-se na competência do juízo revisional, não dependendo da insurgência da acusação. Precedentes.

3. Na espécie, à luz do que decidido pela Corte Suprema, não há

*qualquer ilegalidade na execução provisória da pena após o esgotamento da instância ordinária, já que os recursos especial e extraordinário não são dotados de efeito suspensivo.*

[...]

5. *Agravo a que se nega provimento.*" (AgRg no HC 438.209/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 30/08/2018, sem grifos no original.)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO CULPOSO DA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. REGIME INICIAL SEMIABERTO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. CABIMENTO. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

[...]

3. *Ante o esgotamento das instâncias ordinárias - como no caso -, de acordo com entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE n. 964.246, sob a sistemática da repercussão geral, é possível a execução da pena depois da prolação de acórdão em segundo grau de jurisdição e antes do trânsito em julgado da condenação, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados.*

4. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no AREsp 1.058.790/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 09/08/2018.)

Vê-se, assim, que a decisão de segunda instância, que determinou a expedição de mandado de prisão após vencidos os recursos ordinários, está em conformidade com a jurisprudência atualmente dominante.

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora